

Eleição, intolerância e corrupção

Helio Duque

A pedagogia da intolerância se expande no Brasil com incrível velocidade. Nas relações políticas, pessoais e até em setores econômicos, em que a racionalidade deveria prevalecer. O oponente foi transformado no inimigo que precisa ser abatido. Ignora que o oponente tem o mesmo direito e liberdade de pensar diferente. Essa é a essência do viver democrático. Na sua origem está um tempo recente no qual a sociedade foi catalogada em tempo binário: ou é amigo ou é inimigo. Gerando um radicalismo irracional, em uma sociedade que nos últimos 30 anos vem buscando consolidar o Estado de Direito Democrático.

Em momento de disputa eleitoral, a antipolítica desperta como coração pulsante. A pedagogia da intolerância ganha dimensão perigosa para o futuro. Ao invés do debate de ideias e propostas concretas para enfrentar os graves problemas nacionais, a campanha eleitoral se marca pelos rancores.

A origem está na existência de partidos oportunistas, na sua maioria, que oscilam de conformidade com as suas conveniências em usufruir dos benefícios do Estado, bem diagnosticado pelo professor titular da USP, Gaudêncio Torquato: "A política tornou-se um grande empreendimento, tornou-se um negócio", gerando grande ameaça ao Estado democrático, pela degradação do sentido aristotélico da política, que deve buscar e servir ao bem comum. A corrupção sistêmica pelo suborno, tráfico de influência, informação privilegiada, integram a plataforma operacional desses cínicos agentes públicos.

O balcão de negócios tornou-se presença ativa. As relações no executivo e no legislativo, com raras exceções, passaram a ser o levar vantagem. A grande vítima é a sociedade em que a expressão inglesa "Politics is business" é cumprida com determinação. Outra expressão saxônica "Under the table" (por baixo da mesa) tem ativa presença. A propina transformou-se em política de Estado. Exemplo: em troca de vantagens incestuosas muitos governos estaduais foram capturados por grupos de corruptores, garantindo aos "novos ricos" êxito nos seus negócios fraudulentos.

Nos Estados a eleição de notórios incompetentes para a administração pública tornou-se um mantra. Elegendo quem é deslumbrado com as vantagens do poder e não oferece risco para a continuidade da expropriação dos recursos públicos. Experiência e competência na condução dos negócios públicos tem presença irrelevante nas disputas eleitorais.

O choque anafilático positivo que a Operação Lava Jato deu nos corruptos e corruptores ainda não foi suficiente para estancar as veias abertas na corrupção. Os episódios recentes, envolvendo figuras públicas na manipulação do dinheiro público mancomunado com aventureiros econômicos não foram interrompidos. Meditem sobre o pensamento do professor emérito da USP, José de Souza Martins.

“Não é surpresa que, no Brasil, muitos dos apanhados com a boca na botija da corrupção não sejam pobres que, eventualmente, tenham descoberto caminhos alternativos e ilícitos para enriquecer. No cenário das condenações e dos aprisionamentos são ricos e poderosos ou gente de classe média que se tornou poderosa, e por isso, rica. A corrupção aqui é uma prática lúdica, uma diversão, um jogo de quem tem tudo e quer mais”.

Ante essa realidade, em 7 de outubro, o brasileiro deve usar o seu voto conscientemente na escolha menos dolosa e perniciosa, enxergando o futuro dos seus filhos e netos. Para os desequilibrados e amantes do autoritarismo, meditem sobre o alerta do professor Eugênio Bucci: “Há multidões crescentes no Brasil que aprenderam a se jactar de desprezar a política, sem saber que, sem política, não teriam direito de sequer de expressar o seu desprezo pela política. Essas multidões não sabem o que desfazem”.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991). É autor de vários livros sobre a economia brasileira.